



Relatando "famílias": uma resposta às oficinas do PIBID no Instituto Estadual de Educação Assis Brasil

RAMON DE REZENDE SILVEIRA (VERONICK)¹; GERALDO OLIVEIRADA SILVA²; EDUARDO MARKS DE MARQUES³

¹UFPEl – ramonrez.silver@gmail.com

²UFPEl – geraldooliveira23041997@gmail.com

³UFPEl – eduardo.marks@mandic.com.br

1. INTRODUÇÃO

São incontáveis as falas do senso comum que cercam o jovem, principalmente o jovem brasileiro: que não trabalha com regularidade; que não sabe gerenciar suas próprias finanças, entre outras tantas que enchem de indignação a mente e o coração destes jovens tão estigmatizados pela sociedade. Como se não bastasse, a juventude enfrenta "guerras" não somente no campo familiar, mas também na escola, onde em tese deveria passar um terço de seu dia. E é naquele ambiente que sofre as mais diversas pressões sociais e institucionais: a grade curricular, o início e fim de cada trimestre/bimestre, seus próprios grupos de amizades e também a própria questão do ingresso no mercado de trabalho.

E foi sob esse espectro que o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência da UFPEl (PIBID/CAPES da UFPEl) se propôs em analisar e saber desses jovens estudantes suas realidades e percepções sobre o mundo. Para isso, o grupo interdisciplinar presente e atuante no Instituto Estadual de Educação Assis Brasil, localizado em Pelotas, realizou uma sequência de oficinas com as turmas de ensino médio (do módulo diurno) desta escola. Esse projeto de oficinas foi idealizado após leituras sobre as atuais mudanças do ensino básico no Brasil: a BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) e a lei da REFORMA DO ENSINO MÉDIO, que nos últimos tempos a grande mídia tem intensificado sua divulgação.

Durante essas reuniões do grupo, os pibidianos debateram um dos pontos que ligam essas duas correntes de mudança estrutural do ensino brasileiro: o comprometimento do ensino em preparar o estudante para o mercado de trabalho. E de como cada área do conhecimento iria abarcar essa funcionalidade, tendo em vista a rigidez dos currículos. Tanto é que a lei maior do ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – lei nº 9394/96) em seu inciso segundo do artigo 35 descreve a seguinte finalidade do ensino médio: "a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores." (BRASIL, 1996)¹

Além disso, a BNCC busca trazer consigo as problematizações na forma de eixos temáticos que estão balizados nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). (BRASIL, 2017)²

E não somente a BNCC abarca esse viés de profissionalização do jovem, o texto da reforma do ensino médio, em seu inciso V do quarto artigo determina que as instituições de ensino devem oferecer "formação técnica e profissional". (BRASIL, 2017)³

Com essas afirmações institucionais, o grupo questionou-se sobre como os jovens estariam sendo preparados para o mercado de trabalho, uma vez em que as múltiplas realidades dos estudantes em suas residências: alguns podem trabalhar, outros não; alguns contribuem para a manutenção da casa, outros não; alguns são trabalhadores formais, outros só vivem de "bicos". Como lidar com essa infinidade de "talvezes" que se desenham nas vidas de cada estudante que ocupa uma cadeira da sala de aula? E como isso influi nas relações interpessoais de cada um, onde as necessidades parecem gritar-lhes aos ouvidos a todo instante? É sobre esses entes que o grupo vai fazer essas oficinas, que vão trazer à tona questionamentos sobre poder aquisitivo, relações de poder econômico, a discussão e formatação sobre o salário mínimo e sobre demandas domésticas/pessoais de uma "família". E nesse trabalho relatarei as dificuldades enfrentadas por esses alunos em dissociar-se da sua visão de "família" e contemplar as mais diversas "famílias" em que a lei do salário mínimo e da Consolidação de Leis do Trabalho se tornam aplicáveis (Leis nº185/36 e nº 8542/92 e o decreto-lei nº5452/43, respectivamente).

2. METODOLOGIA

A oficina foi arquitetada da seguinte maneira: seriam realizados dois questionários, onde :

- 1º) os estudantes responderiam um questionário cujo objetivo era descobrir se saberiam mensurar gastos de uma "família" de 4 pessoas (figura 1);
- 2º) em seguida, responderiam outro questionário, de cunho mais pessoal; onde eles iriam retratar sua vida e suas atividades econômicas e familiares. (figura 2)

Para cada tópico abaixo proponha um valor de gastos mensais e descreva produtos e serviços que você acredita que são importantes para o uso de uma família de quatro pessoas durante o mês.

- Moradia: R\$ _____

- Alimentação: R\$ _____

- Vestuário: R\$ _____

- Saúde: R\$ _____

- Educação: R\$ _____

- Lazer: R\$ _____

- Higiene: R\$ _____

- Transporte: R\$ _____

- Previdência social: R\$ _____

figura 1

1. Idade: _____
2. Sexo: _____
3. Você reside com quantas pessoas?
() Moro sozinho
() 1 pessoa
() 2 pessoas
() 3 pessoas
() 4 pessoas ou mais
4. Qual a faixa de renda total de sua família (soma de todos os membros que residem juntos)?
() de 0 a 1 salário mínimo
() de 1 a 3 salários mínimos
() de 3 a 10 salários mínimos
() mais de 10 salários mínimos
5. Você trabalha?
() apenas estudo
() trabalho e estudo
6. Caso você trabalhe, sua atividade é:
() formal, com carteira assinada
() informal, como auxiliar em negócio familiar
() informal autônomo (bicos)
7. Você recebe algum tipo de remuneração ou mesada?
() não recebo.
() mesada familiar, valor: _____
() salário mensal, valor: _____
8. Você costuma contribuir financeiramente com as despesas mensais de sua família?
() sim
() não.
9. Você considera fazer compras uma atividade de lazer?
() sim
() não
10. Você costuma usufruir os seguintes serviços? Quantas vezes ao mês?
() lojas de roupa, _____
() supermercado, _____
() festas, _____
() cinema, _____
() lancherias e restaurantes, _____
() lancherias, _____
() compra de jogos e videogames, _____

figura 2

Logo após eles responderem esses dois questionários, os pibidianos iriam suscitar o debate entre a turma, colocando pautas sobre o salário mínimo e as diferenças entre o salário nacional, regional e as projeções salariais do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação desta oficina foi realizada com êxito em todas as turmas do ensino médio regular e teve alguns resultados, como por exemplo: quando se trata de proporção de participantes, as alunas são a grande maioria (figura 3) e também que, quando se trata de faixa etária, a proporções entre 16 e 17 anos é quase que a mesma tanto para os alunos (a relação é de 27/20, respectivamente) e para as alunas (a relação é de 42/41, respectivamente). (figuras 4 e 5, respectivamente)

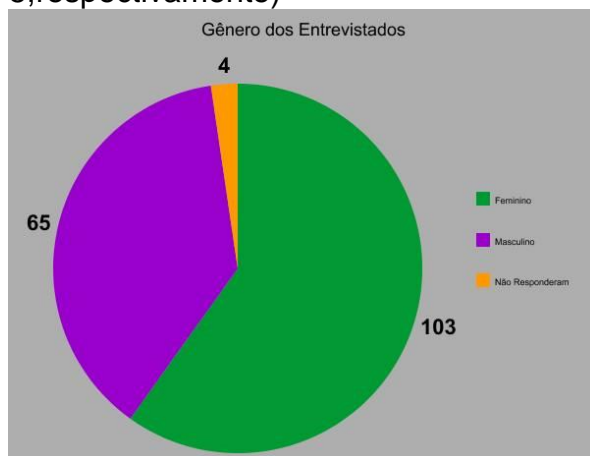


figura 3. Proporção total dos estudantes (separados em gêneros)



figura 4. Relação de idade dos estudantes (gênero masculino)

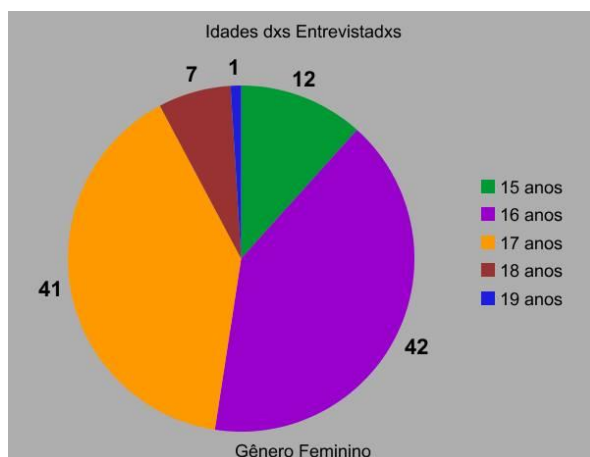


figura 5. Relação de idades dos estudantes (gênero feminino)

4. CONCLUSÕES

Ao final desta etapa das aplicações, percebeu-se que os estudantes tem uma certa dificuldade em saber demandas domésticas, onde muitos deles não participam da manutenção financeira da casa, mesmo estando em idade de trabalhar (segundo diretrizes do IBGE, que é de 14 anos de idade ou mais). Outro ponto destacado seria um ponto que me chamou atenção: os estudantes encontrarão dificuldades em distinguir o “estar só estudando” e “estar trabalhando e estudando” (pergunta 5 da figura 2), e respondendo na pergunta seguinte que exerciam funções trabalhistas. Por se tratar de estudantes do ensino médio do módulo diurno da escola e também devido ao sucesso das oficinas, se levará essa mesma oficina aos estudantes do ensino médio do módulo noturno, do Ensino de Jovens e Adultos (EJA), e turma especial de surdos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, nº 248, Seção I, 23 dez. 1996, p. 27833-27841. Acessado em 01 out. 2017. Online. Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/1996&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=289>

² BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 06 abr. 2017. Online. Acessado em 01 out. 2017. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCCpublicacao.pdf>

³ BRASIL. **Lei nº 13415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, nº 35, Seção I, 17 fev. 2017, p. 1-3. Online. Acessado em 01 out. 2017. Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=17/02/2017>